

Ano XXIV nº 6110 – 06 de agosto de 2019

Reforma da Previdência é, na verdade, ajuste fiscal na conta do trabalhador

O ex-ministro da Previdência do governo Dilma, Carlos Gabas, disse na última semana que a proposta sobre a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, é na verdade, um ajuste fiscal na conta do trabalhador para os bancos venderem mais planos de previdência privada.

“Este projeto do ministro Paulo Guedes não ataca privilégios, mas reduz direitos, especialmente dos mais pobres. Cerca de 90% do que será economizado pelo governo será retirado de quem ganha até dois salários mínimos. Se o governo quisesse economizar dinheiro público ele revogaria a Lei 13.586/2017, sancionada pelo então presidente Temer, que criou isenção tributária para as petrolíferas estrangeiras, para os tubarões do petróleo que exploram o Pré-Sal brasileiro”, disse Gabas.

O ex-ministro lembrou que os mais prejudicados pela mudança nas regras das aposentadorias são os brasileiros que ganham até R\$1.400,00. “No poder judiciário, no Ministério Público Federal têm salários de R\$ 250 mil reais por mês. Junto com a reforma trabalhista, esta reforma previdenciária vai quebrar a Previdência Pública e acabar com a proteção social”, acrescenta. Lembrou ainda que, dos 30 países que adotaram o modelo privado proposto por Paulo Guedes, 18 já voltaram ao sistema público e solidário.

Governo pode privatizar pensão, auxílio doença e aposentadoria por invalidez

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, nome oficial da reforma da Previdência, aprovado em primeiro turno pelos deputados federais deixa uma porta aberta para que benefícios não programados, aqueles cuja concessão depende de eventos não previsíveis, como a morte, invalidez e a prisão, possam ser atendidos pelo setor privado.

Se o texto for aprovado em segundo turno pela Câmara dos Deputados e em dois turnos pelo Senado, o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (PSL) ou outros que virão poderão mandar uma lei complementar para o Congresso Nacional mudando as regras de concessão desses benefícios quando bem entenderem, com grande chance de aprovação. Isso porque, não precisarão dos votos da maioria absoluta (60%) dos deputados e senadores, como é necessário para a aprovação de uma PEC.

Hoje, a Constituição permite apenas a possibilidade de privatização do seguro acidente de trabalho. Uma lei complementar pode privatizar a concessão de benefícios como a pensão por morte, os auxílios doença (incapacidade temporária), reclusão e acidente; a aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente); e o salário maternidade. A possibilidade de privatização, especialmente dos auxílios doença e aposentadoria por invalidez vão deixar uma porta aberta para a máfia de seguradoras como acontece hoje com muitos planos de saúde, que dificultam a vida das pessoas negando procedimentos.

A privatização desses benefícios, que tem o objetivo claro de dificultar o acesso da população a um direito garantido pela legislação, é uma marca dos governos pós-golpe de 2016, que começou com o ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) e segue com Bolsonaro.

DOAÇÃO DE SANGUE

Atenção companheiros(as) bancários(as), a **Sra. Altair da Conceição Gaspar**, está internada na UTI do Hospital SMH Petrópolis e necessita de doação de sangue, qualquer tipo sanguíneo, com urgência.

A captação deve ser feita no banco de sangue do Hospital SMH Beneficência Portuguesa, de segunda a quinta-feira das 07h30 às 11 horas, em nome da paciente.

